



Educação Ambiental Decolonial de Base Comunitária: a Pedagogia dos Afetados pelo setor da Mineração.

Marcelo Aranda Stortti (UNIRIO)

Celso Sanchez (UNIRIO)

Resumo: América Latina tem sido o cenário da expansão do capital transnacional, vertendo a região no foco do interesse de multinacionais, das políticas de privatização e mercantilização dos bens naturais. Nesse artigo analisamos a educação ambiental (EA) de base comunitária desenvolvida no movimento social que luta contra os mega empreendimentos da cadeia produtiva da mineração denominado movimento da “Justiça nos Trilhos”. Realizamos nesse artigo uma pesquisa exploratória fundamentada em metodologia qualitativa e operacionalizada pela análise documental e do conteúdo das informações disponíveis no seu site e na rede social. Como resultados observamos os militantes desse grupo organizam muitos seminários e articulam diversas em parcerias nacionais e internacionais com outras instituições. Além disso, marcha com muitas músicas de protesto, cartazes e palavras de ordem, atividades de dança e produzem livros, revistas, cartilhas e documentários. Todos esses processos educativos de produção de conhecimentos podem estar relacionados a uma EA decolonial de base comunitária.

Palavras-chave: educação ambiental de Base Comunitária; movimentos sociais; decolonialidade.

Abstract: Latin America has been the scene of the expansion of transnational capital, turning the region into the focus of multinational interest, privatization policies and commodification of natural goods. In this article we analyze the community-based environmental education (EA) developed in the social movement that fights against the mega enterprises of the mining production chain called the "Justice on the Rails" movement. In this article we conduct an exploratory research based on qualitative methodology and operationalized by the documentary analysis and the information content available on its website and in the social network. As a result we observe the militants of this group organize many seminars and articulate several in national and international partnerships with other institutions. In addition, marches with many protest songs, posters and slogans, dance activities and produce books, magazines, booklets and documentaries. All these educational processes of knowledge production may be related to a community-based decolonial EA.

Keywords: environmental education; research; text Community-based environmental education; social movements; Decoloniality.

1. Introdução

Nesse artigo analisaremos a educação ambiental (EA) de base comunitária desenvolvida no movimento social que luta contra os mega empreendimentos da cadeia produtiva da mineração, destacando os processos pedagógicos desenvolvidos pelos atores sociais engajados no movimento da “Justiça nos Trilhos”.



Para começarmos a nossa reflexão, partiremos da perspectiva dos estudos da geopolítica e da decolonialidade que situam a América Latina como o “palco” principal da expansão do capital transnacional, vertendo a região no foco do interesse de empresas multinacionais, bem como cenário das políticas de privatização e mercantilização dos bens naturais pelas transnacionais (COMPOSTO, 2012), desta forma se tornando um dos polos da geopolítica imperialista de norteamericanos (BORON, 2007) e mais recentemente dos chineses (MORENO, 2015). Mais intensamente que nunca, área de intensa exploração e expropriação da sua rica geobiodiversidade.

Além disso partimos do pressuposto que existe um projeto hegemônico do capital, orientado pelo discurso do desenvolvimento promovendo uma desconcentração e redistribuição do controle industrial, constituindo no capitalismo colonial-moderno (QUIJANO, 2010).

Neste sentido apontado por Quijano (op. cit.) que este trabalho dialoga com a perspectiva da decolonialidade, compreendendo a organização e a reorganização dos interesses do capital como estratégias de manutenção da dominação colonial e compreendendo que o projeto hegemônico de expropriação e exploração da natureza, da vida e do viver em curso de são possíveis pois estão assentados na lógica da colonialidade do ser, do poder e do saber (QUIJANO, idem).

A região, como se sabe, apresenta uma gigantesca sociobiodiversidade, variedade de culturas, tradições, cosmovisões que entram em choque com o projeto hegemônico. A partir dos conflitos ambientais, este “choque” cultural torna-se mais perceptível uma vez que as formas de viver das sociedades tradicionais são profundamente alteradas pelos impactos causados no ambiente e nos seres humanos conforme nos mostra Acsehrad (2004).

Os casos de conflitos ambientais conhecidos apontam para diversos processos de deslocamentos territoriais desses grupos sociais tradicionais, causando o “desplazamiento” (expulsão) compulsória das suas terras, modificando a sua maneira de viver e sobreviver, suas relações com a natureza e o território, levando muitos grupos a uma perda de suas tradições, cultura, perda da sua segurança alimentar e colocando em risco a vida dessas pessoas e a existência de suas comunidades (SEVA-FILHO, MESQUITA, 2009).

Como retratado anteriormente, esse aumento da exploração da geobiodiversidade, mais especificamente brasileira, tem propiciado o surgimento de conflitos, injustiças e impactos socioambientais causados pelos grandes empreendimentos da cadeia produtiva da mineração (foco desse trabalho).

No entanto destaca-se que pode-se identificar também, como resultante desse processo, o surgimento de resistências perceptíveis nos diversos protestos contra a exploração dos minerais, do petróleo, dos portos para escoar esses produtos e das empresas desses setores, pois são criados complexos industriais que ameaçam a vida das pessoas diariamente pelos riscos de explosões, contaminação do ar, solo, água e de pessoas por produtos químicos perigosos relacionados a esses processos industriais devido a proximidade com esses empreendimentos, podendo ocasionar doenças, como câncer e levar essas pessoas a morte (MALERBA ET ALL, 2013; MALERBA ET ALL, 2014).

A partir desses embates socioambientais e políticos, observamos que essas pessoas que foram “atingidas” (afetadas) pelos empreendimentos do capitalismo contemporâneo, podem ser identificadas como novos sujeitos históricos desse processo.



Segundo Vainer (2008), essa categoria atingido (afetado) esta relacionada aqueles que sofrem por não usar os recursos produtivos disponíveis, isto é, são as pessoas em risco social, sendo também culturalmente e simbolicamente massacrados. Esse tipo de categoria foi utilizada inicialmente para os atingidos pelas barragens, porém podemos ampliar os grupos sociais que também passam as mesma agruras pois os processos sociais, econômicos e ambientais, com pequenas diferenças são muito parecidos.

Sendo assim, o artigo foi dividido em três partes: uma reflexão sobre os aportes teóricos da educação ambiental, uma análise da metodologia usada nessa pesquisa e por último as trilhas e os trilhos percorridos pela educação ambiental (EA) desenvolvida pelo movimento socioambiental “Justiça nos Trilhos”.

2. Reflexões teóricas

Este estudo, foi organizado utilizando o paradigma da teoria crítica e como parâmetros de análise dialogamos com a noção de Educação Ambiental em uma perspectiva crítico-transformadora (LOUREIRO, 2004) e a categoria oprimido desenvolvida por FREIRE (1997; 1998) e "condenado" por Fanon (2001). Além disso, dialogamos com os autores que formaram o Grupo de estudos teóricos chamado de “Proyecto latino/latinoamericano modernidad/colonialidad” (ESCOBAR, 2004 APUD CASTRO-GÓMEZ; GROSFOGUEL, 2007, p. 10).

Kassiadou, Stortti e Sanchez (2016) destacam a importância de se investigar a interseção ou não entre o campo da educação ambiental crítica e do projeto colonialidade, principalmente nas ações de EA não formal, devido aos diálogos interculturais críticos entre os dois campos.

O primeiro campo apresenta diversos tensionamentos que não serão foco desse estudo. Para essa pesquisa buscaremos trazer as ideias principais do campo, tais como preconizada por Guimarães (2004) como uma ferramenta contra os projetos hegemônicos, tendo como eixo central a interdisciplinaridade, buscando aclarar as relações de dominação que constituem a atual sociedade.

Além disso, tem como base a teoria crítica e o marxismo, buscando construir interpretações da realidade social (TOZONI-REIS, 2007).

E busca transformar a sociedade, realizando uma leitura de mundo entre o social e ambiental para intervir na concretude da via, embasada com os preceitos da educação popular de Paulo Freire, promovendo a crítica ao padrão societário atual, a educação formal mercantilizada, na ciência e filosófica na sua forma hegemônica (LOUREIRO, 2007, 2009).

E no aprofundamento do projeto da colonialidade, Ballestrin (2013) explica que esse grupo de pesquisa foi constituído em 1998, através da parceria de diferentes intelectuais latino-americanos, de diversas universidades das Américas. O núcleo central desse grupo é formado por pesquisadores como: Walter Mignolo, Anibal Quijano, Enrique Dussel, Nelson Maldonado Torres entre outros, que através da realização de diversos encontros científicos em vários países da América do Sul criaram um movimento epistemológico denominada colonialidade, cunhado nos anos 2000, através da ausência de radicalização do argumento pós-colonial e sua tendência eurocêntrica de ver o mundo e produzir ciência.

Esse grupo então afirma que promoveu um giro epistêmico denominado de “decolonial”, isto é, virada, transformação, um outro direcionamento, que não pode ser confundido com descolonização, pois isso significa, em termos históricos e temporais, a



superação do colonialismo; por outro lado, a ideia de decolonialidade procura transcender a colonialidade, associada aos mecanismos de controle que prevalecem com a modernidade (BALLESTRIN, 2013).

Para Quijano (2010a) a noção de colonialidade é um dos elementos instituintes do padrão mundial de poder do capitalismo, que se origina e globaliza-se a partir da conquista da América (nome dado pelos europeus após a destruição das populações existentes nessa região). Segundo esse autor, esse padrão mundial, está relacionado com a classificação racial/étnica das pessoas influenciando todos os meios materiais e subjetivos da existência social (Ibid, 2010a). Nesse processo de classificação, as características biológicas foram utilizadas como fator para classificar socialmente as pessoas. Logo, podemos pensar que as "novas identidades sociais e geoculturais foi o sustento e referência legitimadora fundamental do caráter eurocentrado" (Ibid, 2010a, p.119), se utilizando desse processo de "racialização" das relações para concretizar a colonialidade do poder.

Então podemos concluir que esse poder

(...) é uma malha de relações de exploração/dominação/conflito que se configuram entre as pessoas na disputa pelo controle do trabalho, da „natureza“, do sexo, da subjetividade e da autoridade. Portanto, o poder não se reduz às relações de produção, nem à „ordem e autoridade“, separadas ou juntas (Ibid, 2010a, p.113).

Assim, o autor anterior identifica a existência de padrões de poder de longo duração que se configuram em diferentes hierarquias, isto é, as relações de poder na colonialidade, nas esferas econômica, política, culturais e ambientais, não terminaram, isto é, esse padrão criou outras maneiras de controle, mesmo após a independência e do fim do controle dos países coloniais. Esse conceito pode ser dividido em duas partes: a ininterruptão dos modos coloniais de opressão/dominação elaboradas pelas culturas hegemônicas depois da libertação política e das "estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial" (GROSGOUEL apud BALLESTRIN, 2013, p.11) e outra, a neogênese continua para renovar e fazer um "upgrade" dos processos sociais.

2. Metodologia

As análises apresentadas nesse artigo são de uma pesquisa exploratória fundamentada em metodologia qualitativa e operacionalizada pela análise documental das informações disponíveis no seu site (<http://www.justicanostrilhos.org/>) e da sua "fan page" na rede social do Facebook.

De todos os documentos escritos e ou disponíveis na internet referentes ao movimento Justiça nos Trilhos selecionamos aqueles que apresentavam informações referentes aos saberes, conhecimentos e ações relacionadas a educação ambiental popular.

A escolha desse movimento se deu pelo seu processo de enfrentamento e radicalidade da luta socioambiental, bem como, o seu foco na produção/(re)descoberta de conhecimentos que emergem do processo de luta social.

Nessa pesquisa, a escolha da metodologia documental se deu pois a mesma geralmente é entendida como um processo de levantamentos de dados relacionados a documentos de qualquer tipo (MARCONI; LAKATOS, 2010). Iglesias e Gómez (2004) aprofundam essa análise metodológica afirmando que a análise documental tem por



foco repensar e descrever as informações contidas nos documentos de uma forma diferente daquela descrita antes da análise do mesmo, propiciando a sua troca com outras pessoas.

Esses documentos escritos proporcionam informações que facilitam a compreensão dos fatos e relações, isto é, possibilitam conhecer o período histórico e social das ações e reconstruir os fatos e seus antecedentes, pois se constituem em manifestações registradas de aspectos da vida social de determinado grupo (OLIVEIRA, 2007). Além disso, esse tipo de análise permite a localização, identificação, organização e avaliação das informações contidas no mesmo, além da contextualização dos fatos em determinados momentos (MOREIRA, 2005).

Nessa pesquisa utilizaremos a técnica da análise do discurso, que segundo Bardin (2006), pode ser organizada em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

3. Trilhas e trilhos da resistência

O movimento “Justiça nos Trilhos”, foi criado em 2007 a partir da campanha homônima desenvolvida por iniciativa dos Missionários Combonianos, congregação da Igreja Católica que atuam em diversas regiões do Estado do Maranhão e contou com a rápida adesão de outros movimentos sociais e Organizações Não Governamentais (ONGs), pois naquele momento ocorria um conflito ambiental entre os moradores de comunidades próximas a ferrovia que transporta o minério da empresa Vale, afetando populações por conta dos projetos de desenvolvimento de Carajás, ao longo da ferrovia que liga a cidade de Parauapebas (Pará) até São Luis (Maranhão).

Depois o “Justiça nos Trilhos” ampliou seu território de lutas e de parcerias articulando comunidades e instituições que estavam sofrendo os mesmos problemas socioambientais, ampliando a sua atuação para todo o Estado do Pará.

Além disso, atualmente colabora com movimentos sociais e sindicatos de outros países como Canadá e Moçambique (RIBEIRO JUNIOR; MARINHO, 2013) e participa do movimento denominado Articulação Internacional de Atingidos e Atingidas pela Vale.

Os principais Objetivos dessa rede são:

... avaliar o impacto real das atividades da Companhia Vale do Rio Doce (Vale) ao longo da denominada área de influência da Estrada de Ferro Carajás; Propor o debate sobre a construção de mecanismos que possibilitem a internalização de recursos da Vale, de forma a alavancar o desenvolvimento sustentado das comunidades que vivem na área de influência da EFC. (Texto-base Justiça sobre Trilhos: colocar o site)

O processo decisório dessa Rede se dá por uma horizontalidade na tomada de decisões, sem a figura de uma liderança única que tem poder de veto ou maior força que os outros membros, mesmo tendo na pessoa do missionário da igreja católica, Dário Bossi, um papel de destaque pois foi o mesmo que ao observar os problemas sociais e ambientais de diferentes comunidades afetadas pela extração mineral no Maranhão, buscou um caminho para amenizar o sofrimento desse povo (ORTIZ, 2014). Esse caminho foi sendo construído a partir de diferentes diálogos com o coletivo do Fórum Social Mundial que auxiliaram no entendimento que esses problemas socioambientais eram provocados pela empresa Vale. A partir disso, ocorreu a aproximação com o



Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), com membros da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), com o advogado do Movimento Reage São Luís e com o Fórum Carajás. Essas diferentes instituições se uniram e criaram a coordenação executiva dessa rede (RIBEIRO JUNIOR; MARINHO, 2013)

Essa rede realiza diversas atividades tais como:

(...) "estudo e pesquisa (levantamento de dados sobre impacto ambiental da ferrovia, documentação dos danos provocados às pessoas e ao solo, leis ambientais e parcerias da Vale com os municípios atravessados pela ferrovia, comparação de situação na região do Carajás com outras similares no Brasil e no exterior, análise dos dados econômicos/contábeis da Vale etc.); conscientização e mobilização das pessoas (realização de seminários, produção de materiais de divulgação, pequenos documentários, cartilhas, página na internet, encontros de formação etc.) e fortalecimento da rede de ação, envolvendo os grupos e movimentos interessados, tanto em nível nacional como internacional" (Fonte: Texto-base Justiça sobre Trilhos).

O foco dessas ações está direcionado a cinco eixos:

"educação popular das comunidades ao longo da ferrovia de Carajás (acompanhamos cerca de 16 comunidades e aproximadamente 6.500 famílias); fortalecimento da rede de intercâmbio entre comunidades e movimentos em nível regional, nacional e internacional; defesa dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais através de uma equipe jurídica; promoção de contrainformação, desvendando os impactos do desenvolvimento e, em particular, da Vale S.A., através de pesquisa, divulgação na mídia e utilização de criatividade na comunicação (teatro, áudio-documentários etc.); proposta de alternativas econômicas a esse modelo de desenvolvimento (cursos de agroecologia e economia solidária, seminários e debates sobre a repartição dos lucros da mineração etc.)" (TERR, 2012, p. 11) .

Além dessas atividades, os militantes dessa rede organizam seminários em parcerias com outras instituições sendo a primeira instituição a assinar a carta de convocação/convite, do I Encontro Internacional de Populações, Comunidades, Trabalhadores e Trabalhadoras atingidos pela política agressiva e predatória da companhia Vale do Rio Doce realizada em 2010 no Rio de Janeiro. Além desse evento, a Rede Justiça nos Trilhos, também organizou o Seminário Internacional "Carajás 30 anos" no ano de 2014 e os três Encontros Latinoamericanos sobre "Igreja e Mineração", desde 2013.

Na área de comunicação, a rede utiliza um site e a rede social do Facebook para divulgar noticiais, publicações em meio eletrônico (livros, relatórios, cartas etc) e produções audiovisuais próprias ou de outros grupos.

Esse movimento já organizaram uma marcha com muitas músicas de protesto, cartazes e palavras de ordem e uma atividade de dança em parceria com o grupo de quadrilha estilizada de festas juninas de Açailândia (Maranhão) que por sugestão da rede usou o conflito ambiental de Piquiá de Baixo (localidade desse município) como enredo para a sua apresentação.



A partir da descrição das atividades acima, observamos que essa rede, não apresenta propostas estruturadas de educação ambiental, *strictu sensu*, porém apresenta embasamento teórico-prático nos conceitos da educação ambiental decolonial de base comunitária e atua a partir das questões ambientais objetivas e concretas que envolvem as comunidades afetadas. Ou seja, pode-se dizer que buscam uma educação ambiental a partir das atividades de contrainformação e da produção de estratégias pedagógicas para a mobilização das comunidades locais.

A partir da breve descrição das ações coletivas dessa rede, podemos identificar uma possibilidade de diálogo entre o conceito de Decolonialidade, isto é, uma reflexão e tentativa de superação das diversas formas de opressão implementadas contra esses grupos atingidos pela vale que podem ser considerados subalternos, pelos diversos sujeitos, relações e mecanismos de controle, discriminação e negação da modernidade/colonialidade (WALSH, 2009).

Esse conceito apresenta relação com os debates sobre as concepções da Educação Ambiental que refletem sobre as relações de poder, disputas criadas no processo de expropriação da terra, da espoliação dos bens comuns, as consequências relacionadas aos problemas sociais e ambientais provocados pelo neoeextrativismo contemporâneo, neste sentido essa perspectiva de educação ambiental está bastante coadunada com a visão da educação ambiental crítica apontada por Loureiro (2000, 2007).

A partir dessa análise inicial, sobre as possibilidade de articulação entre a decolonialidade, educação de base comunitária e ambiental, também podemos pensar na relação direta com ecologia política e com o campo da geografia política, pois a partir da inserção das condições materiais objetivas em que as populações desse território (rede de Justiça nos Trilhos), que apresentam uma grande vulnerabilidade social, ambiental e no campo da saúde.

Outra questão que podemos observar tem a ver com o racismo ambiental (CATARINO, 2016) que nos permite identificar a problemática ambiental que inside de forma desigual sobre as populações negras, pois nessas localidades a presença de pessoas negras e pardas é superior a 80% da população total (IBGE, 2014).

A questão da raça passa a ser um recorte importante para observarmos a necessidade de ampliação do debate da educação ambiental, para além dos aspectos descritivos do meio ambiente, dessa forma entendemos que desconstruir a dimensão da racialidade é uma forma de se constituir uma ferramenta de superação da subalternidade, pois a mesma está diretamente relacionada as estratégias de opressão do sistema capitalista (WALSH, 2009).

Retomando o campo da Ecologia Política, podemos resgatar os conceitos de território e de paisagem, pois assim podemos refletir que o ambiente ou bens comuns, não são "coisas" a serem exploradas ou destruídas pela necessidade financeira de poucos, permitindo o deslocamento e em alguns casos a morte de muitos.

Quijano (2010) amplia esse horizonte de análise afirmando que processos atuais de globalização e do capitalismo, podem estar atrelado a ideia da Colonialidade do Poder, pois a mesma pode se configurar como a disputa de poder e de hegemonia entre diferentes países e as disputas entre as elites locais e o restante da população dos países, porém contra principalmente a grupos sociais tradicionais, Quilombolas, pescadores etc.

Essas populações que promovem ações de educação ambiental decolonial de base comunitária, que lutam por seus direitos, podem ser entendidas como "Condenados da Terra", na concepção de Fanon (2001), ou como um oprimido na visão de Freire (1989).



Portanto, podemos chamar esses sujeitos históricos da rede Justiça sobre Trilhos de educadores ambientais, pois, se educam e educam-se entre si na sua luta por direitos, nos seus processos de desalienação e na sua tomada de consciência de seu lugar na história, evidenciando a compressão das condições concretas em que se dão o processo de exploração e expropriação de seus territórios, permitindo-os compreender a dimensão da "opressão ambiental" (UCHOA, CASTRO, SANCHEZS 2016) que se descortina em seus territórios, e possibilitando-os de promover a ambientalização das suas lutas. Para esses autores esse conceito pode ser entendido a partir da:

" (...) tomada de consciência do sujeito acerca das condições ambientais nas quais ele está imerso (...)pretendemos atentar para situações que oprimem o sujeito ambientalmente; tais como a ausência de saneamento básico, a desapropriação de comunidades de seus territórios, a poluição e contaminação de bens e espaços naturais, o agronegócio e a utilização de agrotóxicos, o massacre de etnias indígenas..." (UCHOA, CASTRO, SANCHEZS 2016, p.31)

Abaixo apresentamos um depoimento de Maria de Lourdes moradora da comunidade de Mutum II, região rural do município de Arari (MA) narrando a sua dificuldades para fazer a travessia da Estrada de Ferro Carajás (EFC), de concessão da empresa Vale S.A. e os perigos da morte eminente nesse enfrentamento:

"Eu tinha dois jumentos, que me ajudava a carregar o coco babaçu e a colheita na roça, mas o trem matou. Já atravessei de bicicleta com um saco de mais de 30 quilos com o de comer para os meus filhos, enfrentando lama, enfrentando ferrovia, até nesse tempo era só uma linha, e agora [sic] é duas , mais difícil ainda" (JUSTIÇA SOBRE TRILHOS, 2017).

Complementado com o depoimento de Raimundo Costa, também morador da localidade, desde 1954,

"Desde que a empresa chegou, acabou com nossos igarapés, que era o nosso pão de cada dia, nós bebíamos água de lá, hoje no período do verão temos que comprar água para beber. Nós vive sendo escravos há muitos anos, desde quando começou a passar essa estrada em 80" (JUSTIÇA SOBRE TRILHOS, 2017).

Essas análises, permitem entender que a educação ambiental decolonial de base comunitária praticada por essa rede seja caracterizada como um paradigma político-educativo, teórico e metodológico, embasado nos trabalhos de Paulo Freire e Catherine Walsh. Essa proposta dialoga com o processo de ativismo político e na organização de classes subalternas, sendo um dos seus ideais a promoção da justiça social e da equidade ambiental.

Portanto, como Freire (1996, p.9) afirmava:

" (...) ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção (...). Ensinar inexistente sem aprender e vice-versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar"

Como podemos observar na fala de Paulo Freire os participantes da Rede Justiça sobre Trilhos, buscam apreender com a sua realidade histórica, produzindo e construindo conhecimentos coletivamente e compartilhando o aprendido através do



ensinado para outras pessoas que vivem a mesma realidade de luta, como no exemplo abaixo, no depoimento de Matheus Sousa (estudante da Casa Familiar Rural) - “Acho que aqui abre mais a visão da gente, conhecendo e ouvido as necessidades de todos de forma coletiva” (JUSTIÇA SOBRE TRILHOS, 2017). Esse jovem participou da II Jornada da Juventude do Campo no ano de 2016, um dos diversos eventos que o movimento realizou em parceria com outras instituições como o MST, MAB, a Casa Familiar Rural de Açailândia e outros sujeitos históricos como professores e alunos dos assentamentos João do Vale, Francisco Romão, Agroplanalto, Baianos, Planalto I, Novo Oriente em Açailândia (MA).

Desta forma a realidade social (objetiva) não existe por acaso, pois é produto da ação dos seres humanos e conseqüentemente não se transforma por acaso, logo se voltando sobre eles e os condicionando. Para esse autor essa realidade, como caso específico da rede Justiça nos Trilhos os embates com os processos degradantes da empresa Vale, faz-se opressora, cabendo aos oprimidos, nesse caso os militantes da rede, lutar por sua libertação junto com aqueles que se solidarizam construindo a consciência crítica da opressão, através da práxis dessa luta (FREIRE, 1987).

Assim afirmava FREIRE (1987), podemos pensar que os militantes dessa rede tem construído novas práticas que reconfiguram o seu pensar e agir na vida, propiciando novas formas de relações sociais, bem como, reconstruindo a ruptura do metabolismo sociedade-natureza, causada pelo processo de alienação, pautando-se em novas formas de intersubjetividades e interculturalidades (WALSH, 2009) mais concretamente fincados na vida social-natural (objetiva).

A partir das ideias anteriores, podemos observamos alguns exemplos de novas práticas produzidas por esses sujeitos pedagógicos, tais como: a organização e publicação de uma revista chamada "Não Vale", uma publicação bianual, em sua terceira edição; uma cartilha chamada "Que trem é esse: guia prático para defender-se das violações da Vale", produziu dois documentários sozinha: "desenhando um sonho: a historia de luta de Piquiá de Baixo" e "Resistência Akrâtikatêjê" e três com parceiros tais como: "trilhos da Vida" (produção da Rede Século21), "Não Vale" (produção de Silvestro Montanaro) e "Enquanto o trem não passa" (produção da Mídia Ninja) todos mostrando os conflitos e os impactos envolvendo os militantes da rede.

Para esse movimento a revista foi produzida para publicizar os "impactos negativos da mineração no Corredor Carajás, dando voz, principalmente, às comunidades atingidas pela mineração" (JUSTIÇA SOBRE TRILHOS, 2017). E ainda ocorreu a criação de uma cartilha cuja objetivo foi:

"divulgar informações sobre os incômodos, danos e conflitos causados nas comunidades pela Vale; Orientar as comunidades sobre como se organizarem para não serem enganadas pelas promessas da empresa e acabarem sofrendo ainda mais e Partilhar experiências positivas de comunidades ou pessoas que lutaram e conseguiram manter seus direitos garantidos ” (JUSTIÇA SOBRE TRILHOS, 2017).

Além disso, podemos salientar que a Rede Justiça nos Trilhos, pela maneira que vem sendo construída nos últimos anos, mesmo com todas as contradições inerentes as lutas sociais, constitui-se como espaço de possibilidades de compartilhamento de saberes e conhecimentos populares através das relações sociais e da luta socioambiental, onde o trabalho, independentemente da atividade dos militantes, promove um resgate e



uma integração entre os conhecimentos teóricos e práticos, se constituindo na práxis diária de cada militante.

Essa práxis apresenta um potencial pedagógico emancipatório que esta totalmente interligado com a "perspectiva dialética das interações metabólicas" da relação sociedade natureza (VARGAS, 2007, p.82) construindo novas possibilidades de viver e permite repensar os processo de Colonialidade do saber promovido pelos agentes do capitalismo e suas respectivas instituições (QUIJANO,2010).

4. Referências

ACSELRAD, Henry (Org.). **Conflitos social e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FASE, 2004.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.11, p. 89-117, maio/ago. 2013. Disponível em: Acesso em: 15 maio 2015.

_____. **Para transcender a colonialidade**. Instituto Humanitas Unisinos/IHU, Rio Grande do Sul, n. 431, 2013. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5253&secao=431.>. Acesso em: 5 abril 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 2006.

BOGADO, Adriana. "A luta também te ensina": Processos de Ensino-aprendizagem no Marco de Movimentos Sociais Argentinos. **AURORA**. ano V, número 8, agosto. 2008.

BORON, A. Et all (org). **A Teoria Marxista Hoje: problemas e perspectivas**. São Paulo: Expressão Popular. 2007.

FANON, Franz. **Os Condenados da Terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1987.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

GUIMARÃES, Mauro. **A formação de educadores ambientais**. Campinas, SP: Papirus. 2004.

GROSGOUEL, Ramón. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global**. In: SANTOS, Boaventura Souza.; MENESES, Maria Paula. (Org.). **Epistemologia do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

LOUREIRO, Carlos Frederico. **Trajatória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo:Cortez, 2004.

MALERBA, Juliana; MILANEZ, Bruno; SCOTTO, Gabriela; MANSUR, Maria Sertã; SATOS, Rodrigo Salles. **Diferentes Formas de Dizer Não**. Rio de Janeiro: FASE.2014.

ORTIZ, **A Rede Justiça nos Trilhos e o padre que virou ambientalista**. ECO. julho, 2014. Disponível em: <http://www.oeco.org.br/reportagens/28463-o-padre-que-se-engajou-na-cao-ambiental/>. Acesso em: 15 maio 2016.



MORENO, Camila. **O Brasil made in China: para pensar as reconfigurações do capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.

NOGUEIRA, R.. Denegrindo a educação: um ensaio filosófico para uma pedagogia da pluriversalidade. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação (RESAFE)**, n 18 maio-out. 2012.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SOUZA, Boaventura Santos, MENEZES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010a.

_____. "Bien Vivir": entre el "Desarrollo" y la Des/Colonialidad del Poder. **Boletim OXFAM**, mayo. 2010b. Disponível em: www.quijano.com.br. acesso em 11 de janeiro de 2016.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los Commodities, Giro Ecoterritorial y Pensamiento crítico en América Latina. **Revista del Observatorio Social de América Latina**. año XIII n 32, novembro. 2012. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20120927103642/OSAL32.pdf> . Acessado em: 01 de novembro de 2015.

STORTTI, Marcelo, SANCHEZ, Celso. A geopolítica das lutas e conflitos socioambientais na América Latina: perspectivas para a educação ambiental contextualizada a justiça ambiental. In: **V Seminário de Justiça ambiental, Igualdade Racial e Educação**. 5, 2015, Rio de Janeiro. Anais, Rio de Janeiro: UNIGRANRIO, 2015. Disponível em: www.semijaire.com.br. acessado em 21 de dezembro de 2015.

TERR, Waldemar. Entidade denuncia violência contra populações afetadas pelo Programa Carajás. **Jornal Pequeno**. 2012. Disponível em: <http://edicao.jornalpequeno.com.br/impresso/2012/04/29/entidade-denuncia-violencia-contrapopulacoes-afetadas-pelo-programa-carajas/>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

TRISTÃO, Martha. Educação Ambiental e a descolonização do pensamento. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** Ed. Especial, julho, 2016. Disponível em: <https://www.seer.furg.br/remea/article/view/5958>. Acesso em 03 de agosto de 2016.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Contribuições para uma pedagogia crítica na educação ambiental: reflexões teóricas. In: LOUREIRO, Carlos Frederico, Et. All. **A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação**. Quartet: Rio de Janeiro, 2007.

UCHÔA, Rafaella; CASTRO, Leonardo de; SÁNCHEZ, Celso. **Por uma Educação Ambiental Contra-Hegemônica: A construção do conceito de Oprimido Ambiental em Paulo Freire a partir da análise crítica da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS)**. In: III Fórum de Educação Ambiental Crítica, 3, 2016, São Paulo. Anais, São Paulo: UNESP, 2016.

WALSH, Catherine. **Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: In-surgir, Re-existir e Re-viver**. In: CANDAU, Vera Maria (org.). *Educação Intercultural na América Latina: entre Concepções, tensões e propostas*. Editora 7 letras. 2009.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.